

UPDATE

#29
2017



Digital Business Community

DIGITAL BUSINESS DINNER RESERVADO

Maria Manuel Leitão Marques

Ministra da Presidência e da Modernização Administrativa

25 OUTUBRO 2017

Ritz Four Seasons Hotel | Lisboa





Liderar no digital exige mais colaboração

Há um vasto espaço para o reforço da colaboração entre empresas e Administração Pública. Cibersegurança, transformação do Estado e competências assumem especial relevância neste âmbito, para colocar o país na linha da frente do digital. Para a ministra da Presidência e da Modernização Administrativa, "temos muito que trabalhar. Portanto, vamos ao trabalho".

O QUE É QUE O EXECUTIVO pensa da revolução digital, o que já está a fazer e como poderá reforçar o envolvimento das empresas TIC e da sociedade como um todo? Para refletir sobre o tema e traçar estratégias de futuro, a APDC realizou um Jantar Debate Reservado, que teve como oradora convidada a Ministra da Presidência e da Modernização Administrativa, Maria Manuel Leitão Marques. A mensagem da governante para os líderes das empresas das TIC e Media presentes foi a de que a cooperação e as parcerias entre setores público e privado são o caminho certo para posicionar o país na linha da frente da inovação e da transformação digital.

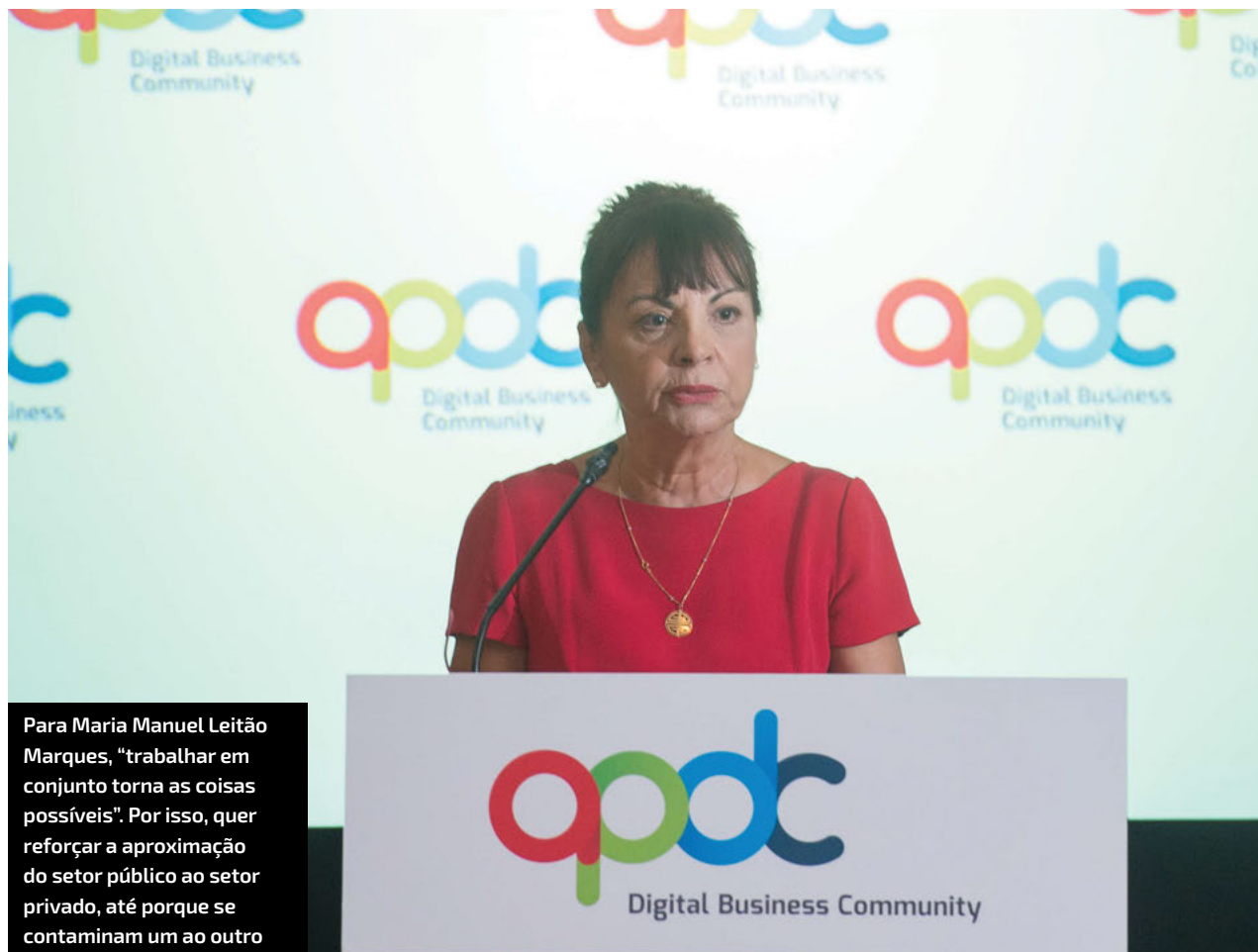
"A revolução digital está aí e vai transformar todos os negócios e indústrias. É inevitável e inexorável, está a acelerar e vai transformar tudo", afirmou o presidente da APDC no início deste Jantar Reservado. Para Rogério Carapuça, será crescente o número de novas empresas assentes no digital, que vão obrigar os incum-

bentes a alterar ainda mais as suas estratégias e os governos a responder. Também as pessoas "terão que lutar pelas suas qualificações, porque será a única arma que dispõem para poderem triunfar nesta revolução digital", onde muitos dos empregos atuais vão desaparecer, ao mesmo tempo que surgirão outros que exigem cada vez maiores qualificações.

Perante esta realidade, e numa altura em que a revolução digital está em pleno desenvolvimento, o líder da APDC defendeu ser relevante saber o que o Governo pensa e como poderá envolver neste processo as empresas, a sociedade como um todo e os cidadãos.

FICAR ONDE ESTAMOS NÃO É OPÇÃO

Começando por destacar que "nunca como antes a palavra inovação foi tantas vezes repetida", quer em Portugal quer lá fora, sobretudo no que respeita ao seu impacto social, Maria Manuel Leitão Marques considerou que "ficar onde estamos não é opção, apesar de podermos



ter dúvidas sobre os caminhos e sobre qual será o formato no futuro”. Cibersegurança, transformação digital do Estado e competências são três desafios comuns, onde o Estado já está a dar passos, mas que podem e devem ser temas de todos.

Tendo em conta que “a nossa vida, a nossa saúde e a nossa organização passam, cada vez mais, pelo digital”, a cibersegurança surge como “um problema comum quando funcionamos em rede”. Nesta área, a ministra adiantou que o Executivo está a trabalhar na transposição da diretiva da segurança das redes e da informação,

coordenando todas as medidas com o Centro Nacional de Cibersegurança. Está ainda a preparar a implementação do Regulamento Geral de Proteção de Dados europeu, garantindo a sua operacionalização, assim como definindo *guidelines*, orientações e formação que facilitem a sua aplicação, que terá que ser uma realidade a 25 de maio de 2018.

Já na transformação digital da AP, que implica a simplificação, digitalização e inovação dos serviços públicos, Maria Manuel Leitão Marques defendeu a necessidade de maior disrupção e de aprender uns com os outros. E deu como

exemplo o regresso do SIMPLEX, que permitiu já a implementação em 2016 de muitas medidas com impacto na vida diária de todos, com a necessária avaliação das medidas e do seu impacto.

“Sabemos que o que é novo hoje, será velho amanhã. E que há sempre oportunidades de incrementos e de melhorias, assim como oportunidades radicais, com tecnologias que hoje têm um potencial disruptivo muito grande, como a IoT ou a inteligência artificial”, destacou. Neste âmbito, o potencial de investigação que está a ser feita nas Universidades poderá trazer grandes melhorias no apoio à decisão nas diferentes áreas públicas.

“Muitas das empresas já se centram na análise preditiva no seu negócio principal. Mas na AP esse casamento está menos avançado. Estamos na fase do namoro, pelo que precisamos de experimentar para poder também aproveitar este potencial da nossa comunidade científica para decidir melhor e com mais segurança e melhorar algumas das nossas políticas públicas”, acrescenta a governante. Que não tem dúvidas de que “as oportunidades são muitas, tal como as dificuldades em escolher por onde vamos prioritariamente, porque há muitas áreas de atuação”.

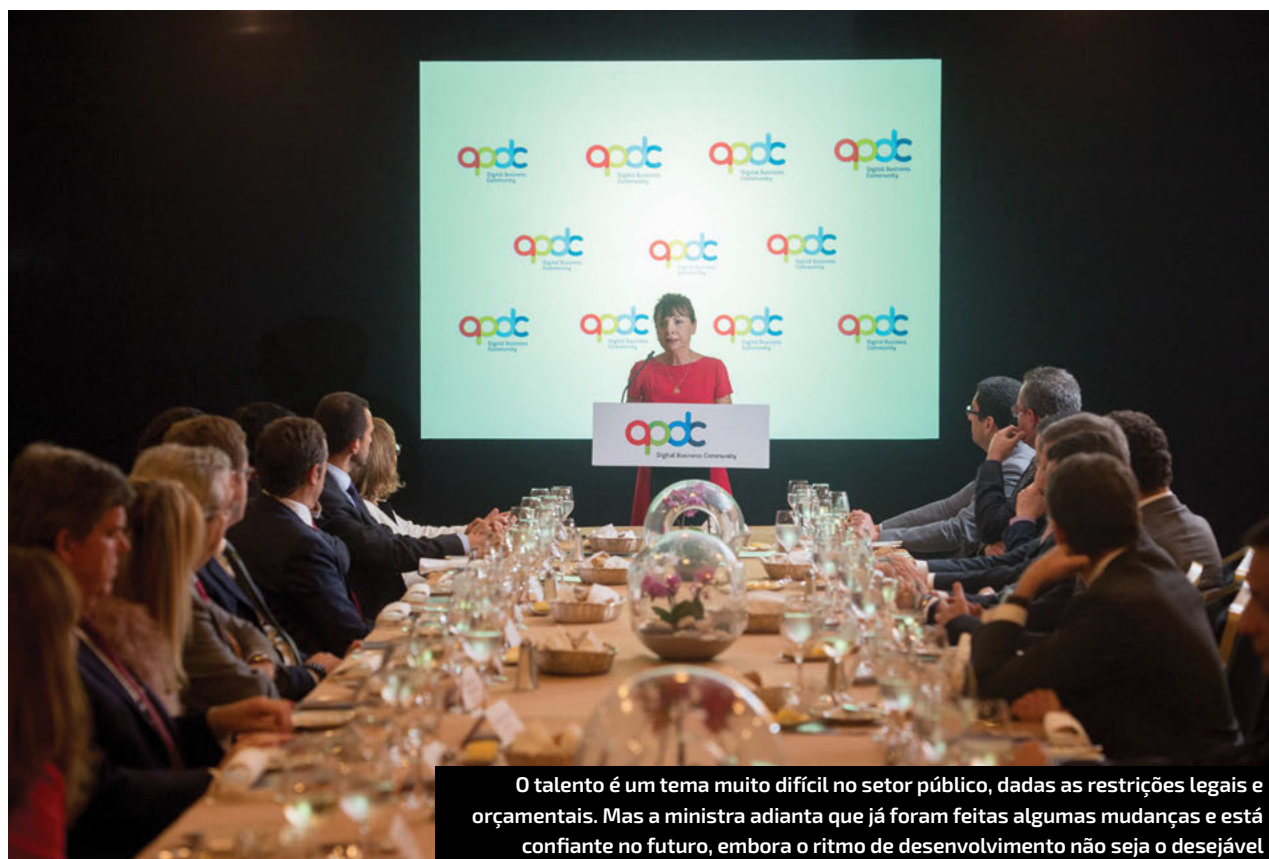
Por isso, “o trabalho conjunto ajudar-nos-á a escolher e a experimentar. Ter laboratórios da AP parece uma coisa estranha para muitos funcionários públicos, mas é preciso experimentar, porque sabemos que vamos errar. Essa é uma aprendizagem que a AP precisa de fazer”, diz a responsável pelo processo de modernização e digitalização do Estado. É que também na AP há que ter consciência de que quem inova vai



errar e falhar, não vai acertar sempre, tal como acontece no setor privado. Esta é uma área onde “precisamos todos de colaborar, envolvendo os nossos parceiros - os centros de investigação, públicos ou privados, e experiências do setor privado que possam ser replicadas e recriadas no público”.

COMPETÊNCIAS EM COCRIAÇÃO

Mas é no terceiro desafio comum, o das competências, que Maria Manuel Leitão Marques considerou estarem os maiores desafios. Começando por destacar que a APDC é, neste âmbito, um “parceiro essencial”, considera que trabalhar



em conjunto em matéria de inovação é “sempre um trabalho de cocriação, para diminuir o risco de não adoção das tecnologias”. Até porque este é problema de todos, embora seja mais difícil de resolver no setor público.

Neste âmbito, destacou o que está a ser feito através do programa nacional INCoDe.2030 nos seus cinco eixos distintos, lançado em conjunto pelo Executivo com a sociedade civil. O eixo da Inclusão é “uma questão de cidadania. A exclusão digital deixa as pessoas de fora da interação no mundo atual”, diz a governante. Tendo Portugal 26% dos cidadãos excluídos, há que trabalhar com grande proximidade com as

autarquias, sobretudo as freguesias, e com associações, para “vencer esta batalha e chegar a números aceitáveis”. Nesta área, está já analisar-se a forma de colocar *wifi* em todas as juntas de freguesia e a desenvolver vários projetos-piloto, nomeadamente com a ANAFRE. “Estamos lançados, mas ainda estamos longe da meta a que queremos chegar”, disse.

Já no que respeita ao eixo da Educação, que se traduz num “investimento no futuro”, preparando tanto os jovens que já frequentam as escolas como os que se preparam para entrar no sistema de ensino, também já há projetos em curso. Como reforçar as disciplinas TIC lecio-



Maria Manuel Leitão Marques

Ministra da Presidência e da Modernização Administrativa

“Podemos ter dúvidas sobre os caminhos, sobre qual será o nosso formato no futuro. Mas todos sabemos que ficar onde estamos não é opção”

“Na transformação digital dos serviços públicos temos que ser mais disruptivos e aprender uns com os outros. Sabemos que o que é novo hoje será velho amanhã. Mas há sempre oportunidades de melhorias radicais, com tecnologias que têm um potencial disruptivo muito grande”

“Temos que experimentar, porque sabemos que vamos errar. Essa é uma aprendizagem que a AP precisa de fazer. Quem inova vai errar, vai falhar e vai ter que voltar atrás. Não vai acertar sempre”

“Precisamos de competências, muitas e variadas, que consigam trabalhar em conjunto em matéria de inovação. Isto não é só uma coisa só de engenheiros, mas um trabalho conjunto entre todos os que podem ajudar a criar os contextos adequados. É sempre um trabalho de cocriação, para diminuir o risco de não adoção das tecnologias”

“Conseguimos mudar. Mas nem tudo é possível de fazer ao ritmo que gostaríamos de ter. Mas está tudo mais fácil, porque a cultura mudou, as pessoas estão mais abertas e as políticas são menos setoriais e mais transversais”

“Envolver todos numa cultura SIMPLEX, tanto ao nível central como local, exige persistência ao longo de várias legislaturas. Se a democracia e a alternância são boas, temos que ter linhas de orientação claras. Mas estas não são automáticas, é preciso puxar por elas”

“Precisamos de parcerias e todos os programas se apoiam em parcerias e resultados. Contaminamo-nos uns aos outros e já não existe uma separação estrita entre o que é público e o que é privado”

“Ainda não desisti de criar um espaço onde haja recursos e disponibilidade para se poder inovar no setor público”



No debate com os líderes das empresas das TIC e Media, analisaram-se as formas de colaboração com o setor público em áreas como as competências e as qualificações

nadas nos diferentes níveis de ensino, formar docentes e ter redes e equipamentos adequados. A Qualificação é um eixo que assume muita relevância, perante uma realidade de falta de talento no digital, grave no setor privado, mas ainda mais grave na área pública. A titular da pasta da Modernização Administrativa vai mesmo mais longe: “o panorama dos funcionários públicos TIC é preocupante”. Programas como o Indústria 4.0, que aposta na formação, em parceria com empresas e a definição de novos modelos, contribuem para mudar a situação. Até porque “precisamos de trazer conhecimento para dentro da AP. É na qualificação que o modelo de colaboração com as empresas está mais aprofundado, nomeadamente através de diversas academias que têm trabalhado connosco”.

Na Especialização, o objetivo é aumentar a oferta de cursos técnicos, cursos superiores profissionais e pós-graduações especializadas, porque “o mundo anda depressa e precisamos de nos manter atualizados”, como refere a governante. Também aqui defende a necessidade de cooperação com as empresas, para “desenvolver novos modelos, com aprendizagem baseada em problemas e na experiência concreta”. Motivar as raparigas para os cursos tecnológicos é outro objetivo, estando já a decorrer projetos nesse sentido.

FRENTE AVANÇADA DO DIGITAL

Por fim, no eixo 5, da Investigação, será dada “continuidade ao esforço que a nossa comunidade científica está a fazer para produzir novo



conhecimento. Para que não sermos as costureiras do digital” e “nos mantermos numa frente avançada no digital e não num lugar recuado”. Na visão de Maria Manuel Leitão Marques, pretende-se “dotar a nossa comunidade científica de conhecimento de ponta, através do reforço das parcerias internacionais e com centros de investigação de referência”.

Para a governante, em todos estes desafios, e muito particularmente no INCoDe.2030, é grande o “interesse na colaboração entre empresas e AP nos mais diversos domínios, sobretudo na tecnologia e na standartização”. É que se “a colaboração já existe, precisamos de a reforçar, na medida do possível”, não só numa vertente empresarial, mas também de responsabilidade social de todos. Por isso, reforçou “o apelo à colaboração. Temos muito que trabalhar, portanto vamos ao trabalho”, disse aos líderes das empresas presentes neste jantar reservado.

No debate que se seguiu entre todos os presentes, ficou clara a disponibilidade para fazer mais em parceria e a vontade de contribuir para a mudança no setor público. Temas como os constrangimentos do Estado em desenvolver, captar e reter talento, a necessidade de reforço da transparência do setor público, os principais desafios do processo transformacional ou as medidas em termos segurança estiveram em cima da mesa.

A ministra confirmou que o talento é um tema “muito difícil no setor público”, dadas as restrições legais e orçamentais, que tiram flexibilidade na escolha de recursos humanos à máquina do Estado. A média de idade permanece muito alta – só 5,7% dos recursos humanos TIC têm menos de 34 anos. E nos trabalhadores TIC,

quase metade (47%) não tem formação superior.

“Temos grandes problemas na qualificação, porque na AP há uma cultura igual para todos, não se premiando nem distinguindo o mérito”, admitiu, embora se tenham feito já algumas mudanças. “Temos consciência do problema e estamos a fazer adaptações. Não acredito em grandes projetos, porque é muito difícil reformar o Estado, dados os vários níveis e culturas. Mas vamos conseguir mudar, embora não ao ritmo que gostaríamos de ter”, referiu, destacando que “trabalhar em conjunto torna as coisas possíveis”.

Até porque a cultura já mudou e as pessoas estão mais abertas. Contudo, “não se pode impor por decreto. Temos que ter continuidade, envolver todos numa cultura SIMPLEX, tanto ao nível central como local”, acrescentou, deixando claro que isso “exige persistência ao longo de várias legislaturas”. Incluindo no tema do reforço da transparência do Estado, onde se estão a dar passos para disponibilizar toda a informação pública, embora este seja também um “trabalho muito moroso” e, muitas vezes, “pouco compreendido politicamente, já que o grande dilema é combinar as medidas de curto prazo com o investimento no futuro. Em democracia, ir além dos quatro anos é difícil, vamos fazendo o caminho caminhando”, acrescenta.

Questionada sobre o que se pode fazer em conjunto para acelerar e quais os seus principais desafios, a ministra destacou o desafio da inovação social, onde a necessidade de parcerias e resultados é grande. Até porque “contaminamos uns aos outros. Já não existe uma separação estrita entre o que é público e o que é privado”.•



Patrocinadores Silver



Patrocinadores Bronze

AXIANS CGI CISCO DELOITTE DXC TECHNOLOGY FUJITSU GFI
GOOGLE HP HPE IBM MICROSOFT NOVABASE RANDSTAD SAS

Parceiros

JLM & ASSOCIADOS NOSSA
VdA VIATECLA